# A CRÍTICA DE GRAMSCI À TEORIA DAS ELITES: PARETO, MOSCA E MICHELS E A DEMOCRACIA BURGUESA.

### 1. Introdução:

O presente ensaio visa a refletir sobre a posição de Gramsci ante a teoria das elites de Vilfredo Pareto, a noção de classe política de Gaetano Mosca e o conceito de líder carismático de Robert Michels, a fim de mostrar a sua atualidade ante situações políticas que, no contexto da democracia burguesa, reproduzem no cotidiano político as recomendações desses três grandes intelectuais italianos. Na raiz desse confronto de Gramsci com a teoria das elites, o esclarecimento de conceitos fundamentais para o movimento político dos trabalhadores, quais sejam, as noções de transformismo e consciência de classe. O transformismo se configura, em linhas gerais, como o processo de cooptação dos potenciais dirigentes das classes subalternas, os elementos mais capazes de organizar e dirigir um movimento, por parte das elites dominantes. A consciência de classe traduz-se na nova concepção de mundo que as classes dominadas precisam elaborar no bojo de suas lutas políticas. Ora, como impedir esse processo constante de cooptação que ocorre no curso político das lutas das classes trabalhadoras? Trata-se, no fundo, de explicitar as relações de hegemonia e o compromisso dos intelectuais das classes subalternas enquanto dirigentes que as representem de modo estável, acentuando o significado e a importância de relações efetivamente democráticas.

O primeiro aspecto a acentuar, como pressuposto ao questionamento rigoroso e permanente que Gramsci apresenta à teoria elitista do poder, são as características da democracia burguesa que Gramsci entende que devam ser criticadas por seu caráter instrumental e mistificador, bem como aquelas que ele considera importantes como conquista histórica, ou seja, herança cultural e política a ser ampliada no contexto do socialismo. A crítica ao ideário liberal como modelo utópico e como base de sustentação da ordem instituída é um meio de apropriação da herança cultural e histórica na construção da democracia socialista.

O segundo ponto a desenvolver é sobre as características básicas da teoria das elites como pressuposto para a prática democrática na sociedade burguesa. Trata-se de

um modo de conceber a política a partir da afirmação de lideranças políticas que, por sua origem e formação, atribuem-se o direito de dirigir e comandar as massas populares que, por sua condição social e histórica, não estão aptas a governar. A base de sustentação do elitismo é, entre outras, o individualismo que fundamenta o modo de pensar na sociedade burguesa: assim como o indivíduo é preparado para a sociedade de consumo, que o faz crer que realmente escolhe os produtos que pretende consumir, a democracia burguesa constrói-se sobre a crença de que o indivíduo escolhe livremente, entre aqueles que se apresentam a cada nova eleição, o seu governante.

O terceiro aspecto a ser tratado é como a teoria das elites funciona na democracia burguesa, na formação e fragilidade dos partidos políticos e no transformismo, que dificulta e leva até a abortar a maioria dos processos de formação política que nascem no seio do movimento operário.

## 2. A democracia como novo projeto de sociedade:

Já nos escritos de 1916-1920, Gramsci acentuava que o ideário que correspondia aos objetivos da burguesia a concretizar no Estado significava para os trabalhadores "sacrifício das próprias necessidades, da própria personalidade e da combatividade" (GRAMSCI, 1975, p. 74-75). Nos cadernos essa concepção è reafirmada e ampliada na crítica à "utopia democrática": a democracia burguesa se sustenta à medida que o modelo utópico que a alimenta funciona como invólucro e simulacro de uma realidade social cujo conteúdo é a desigualdade.

Os projetos liberais, que assumiram formas diferentes na história da política moderna, sedimentaram-se no senso comum e se consolidaram a partir de um discurso que separa dicotomicamente o econômico do político e faz do Estado a instância neutra de garantia dos direitos e interesses das partes. Ao pressupor esta separação a concepção liberal transformou a teoria em um instrumento mistificador que se constituiu historicamente em sua força política. Gramsci acentua que nenhum equilíbrio de forças se rompe por causas mecânicas imediatas, mas sim pelo modo como os problemas econômicos imediatos se entrelaçam com o ideológico no quadro dos conflitos políticos, que se manifestam como "exasperação dos sentimentos de independência, de autonomia e de poder". (GRAMSCI, Q. 13 (XXX), par. 17, p. 1587).

A democracia, pensada como um conjunto de relações que constróem a hegemonia, produz-se por meio da capacidade de organização e de persuasão de um grupo político, que pode atuar tanto na formação de um consenso passivo quanto na formação de uma consciência crítica, possibilitando a cada um a compreensão do conjunto de ralações que caracterizam a disputa política em determinada conjuntura. A base do sistema representativo moderno está, na formação da opinião pública, no seio da sociedade civil enquanto espaço de enfrentamento político:; na sociedade capitalista o poder econômico pode determinar o processo de decisão agindo no âmbito da formação de opinião, tanto que os grupos dominantes se empenham em controlar os meios de comunicação, instrumentos privilegiados de divulgação e persuasão. A desigualdade econômica torna a luta política desigual que debilita a participação das classes trabalhadoras no processo democrático burguês.

Em contraponto, o projeto de uma democracia socialista implica a prática do debate exaustivo e transparente, no qual os homens elaboram, pela expressão de um pensamento livre e aberto, a sua consciência política e exercem, portanto, a sua autonomia que, nesse contexto, não se caracteriza apenas pela autonomia do pensamento individual, mas pela elaboração de uma concepção de mundo coletiva e continuamente reformulada pela prática política. É esta prática que gera condições para um grupo social decidir sobre o seu próprio destino e contribuir para a gestação de uma nova sociabilidade. As reflexões de Gramsci sobre democracia resultam da experiência foi nos Conselhos de Fábrica, movimento organizado no interior das fábricas com uma conformação específica que unia o ato da produção e o exercício da soberania, com a finalidade de desenvolver uma nova concepção de Estado.

Os Conselhos de Fábrica tinham uma característica inovadora na forma organizativa, que aliava e relacionava o trabalho produtivo, a política e a educação. Os Conselhos visavam a desestruturar o modo de produção capitalista e gerar novas relações sociais, políticas e culturais e apresentavam uma dinâmica interna de relacionamento que pretendia atingir os fundamentos do sistema capitalista, atuando na própria estrutura do trabalho. O princípio do trabalho coletivo deveria desencadear um processo de educação mútua no interior das unidades de trabalho e possibilitar a conquista da completa

autonomia do produtor no campo econômico, político e cultural, base do autogoverno do Estado operário.

A fábrica constituía-se no espaço privilegiado de formação de uma nova concepção de mundo, em condições de superar o individualismo e a fragmentação a que o operário é reduzido no sistema capitalista de produção: a vida na fábrica subordina o operário à produção intensa e metódica, desenvolvendo hábitos de controle e disciplina em condições que possibilitam criar "no mundo proletário aquele corpo de sentimentos, instintos, pensamentos, costumes" e "afetos que se resumem na expressão: solidariedade de classe" (GRAMSCI, 1975b, p. 325). Tal experiência de organização política e formação cultural dos trabalhadores a partir da consciência da necessidade de superar contradições era um contraponto à vida na sociedade, desordenada e caótica, individualista e competitiva. A compreensão das relações de trabalho e da estrutura do sistema capitalista de produção geravam as condições de compreender os limites da própria democracia burguesa e iniciar um processo de ação política para instaurar as bases da nova democracia operária.

Os conselhos, como nova experiência de gestão da produção e de gestão política, também se constituíam em escolas que, além de "instaurar uma disciplina consciente e voluntária, criavam a psicologia do produtor, do criador da história", isto é, permitiam ao trabalhador entender o significado de sua ação no contexto da produção, compreender o papel da produção na formação e atuação do Estado e elaborar uma nova concepção de mundo para, a partir daí, reconfigurar a vida econômica e o sentido do trabalho no âmbito da sociedade (GRAMSCI, 1975b, p. 38). Esta experiência marcou as reflexões dos Cadernos do Cárcere, na crítica à estatolatria, na democracia entendida como fortalecimento da sociedade civil e na crítica à teoria das elites e suas formas de cooptação das lideranças populares no processo que Gramsci denomina "transformismo", retirando das classes trabalhadoras as suas condições de emancipação política.

### 3. O questionamento de Gramsci à teoria elitista do poder:

A partir de algumas características básicas da teoria das elites de Vilfredo Pareto, da noção de classe política de Gaetano Mosca e do conceito de líder carismático de Robert Michels, pressupostos para algumas práticas na democracia burguesa, pretende-se esclarecer o sentido da democracia operária, que se apresenta nos Cadernos do Cárcere.

O ponto de partida de Gramsci é a constatação de que "cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político" (GRAMSCI, Q. 12, & 1, p. 1513.). Nesse campo, os intelectuais são os organizadores da hegemonia de um grupo social.

Oos autores liberais citados entendem a política como uma prática de lideranças que, por sua origem e formação, atribuem-se o direito de dirigir e comandar as massas populares as quais, por sua condição social e histórica, não estão aptas a governar. Nesse contexto, é natural que os "inferiores" sejam dirigidos pelos "superiores" que possuem conhecimento da arte de comandar. Na leitura de Gramsci evidenciam-se dois aspectos do conceito de elite de Pareto, que são importantes para a compreensão da hegemonia burguesa: a teoria das elites é "uma tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e a sua função na vida estatal e social" (GRAMSCI, Q. 8, & 24, p. 956); é também uma forma de explicitar o processo de cooptação dos líderes da classe operária, chamados para defender a estrutura de poder vigente, à medida que são ainda dirigentes de "um grupo subalterno, que não conquistou ainda consciência de sua força e das suas possibilidades e modos de desenvolvimento" e, por isso, não sabe sair da fase de primitivismo (GRAMSCI, Q. 13, & 18, p. 1589). A permanência de um grupo subalterno no âmbito de uma concepção de mundo econômico-corporativa (como foi o caso do sindicalismo teórico) abre a possibilidade de migração de dirigentes do movimento operário que, em determinado momento de sua vida política, são levados a deixar seu posto crítico e a defender a ordem existente.

Esta migração, que em outros fragmentos Gramsci denomina transformismo, demonstra a extrema dificuldade que as classes subalternas enfrentam não somente para formar os seus próprios intelectuais orgânicos como também para manter os seus dirigentes. Na realidade italiana da década de 20, a política historicamente centralizada e paternalista, o elitismo dos intelectuais e a ação da Igreja católica debilitavam a sociedade civil e dificultavam a sua organização política, gerando o conformismo, que é a aceitação

passiva da sociedade ante o desconhecimento das formas de agir e modificar esta situação. Além da cooptação de dirigentes por parte da classe dominante, a debilidade organizativa dos trabalhadores possibilita a atuação de políticos escusos, que conseguem o apoio das massas com astúcia e promessas as quais não pretendem cumprir, mas que servem para mantê-los no poder a serviço da elite dominante.

Mosca procura explicar o caminho inverso, acentuando que é precisamente o caráter utópico e distante do socialismo, que seduz os jovens burgueses, embora, na sua opinião, "não existissem na Itália as condições econômicas e sociais para a formação de um verdadeiro e grande partido socialista". Esses jovens, "nauseados com tanta corrupção", procuram "fugir dos velhos partidos apodrecidos até a medula" (GRAMSCI, Q. 8, & 36, p. 963) e se entregam ao sonho. Mais tarde, amadurecidos, migram e aderem à política dominante.

A crítica de Gramsci a Mosca é pungente.e afirma que os conceitos políticos desse autor são "vagos e ondulantes", que seus "princípios de técnica política são vagos e abstratos", entre eles, a noção de "classe política", que está no centro de todo o seu trabalho, é de extrema caducidade e não possui fundamentação teórica. Entretanto, seus escritos são interessantes porque apresentam aspectos da vida política italiana do seu tempo, que não são encontrados em outros documentos, principalmente no que se refere à "burocracia civil e militar, sobre a polícia", a segurança, etc (Q. 9, & 89, p. 1156. Q. 19, & 5, p. 1978-9.).

Para Gramsci, o conceito de "classe política" de Mosca "aproxima-se ao conceito de elite de Pareto", sendo uma "categoria intelectual do grupo social dominante" (Q 12, p. 1513). Porém, a questão não é abordada em profundidade por Mosca e o conceito torna-se indefinido: "parece que abraça todas as classes proprietárias, toda a classe média"; em "outros momentos parece que se refere apenas a uma aristocracia política, ao 'pessoal político' de um Estado e, ainda, àquela parte que opera 'livremente' no sistema representativo, com exclusão da burocracia" que, do ponto de vista de Mosca, "deve ser controlada e guiada pela classe política". A debilidade da leitura de Mosca, conforme Gramsci, está em que esse autor "não enfrenta o problema do 'partido político' na sua complexidade" (Q. 8, & 52, p. 972. Q. 13, & 6, p. 1565).

A crítica de Gramsci aos teóricos liberais completa-se na abordagem do conceito de líder carismático de Michels: um chefe, indivíduo singular, que Gramsci contrapõe à noção de partido político como processo de formação do homem coletivo. Trata-se de confrontar uma prática política dominante, com fundamentos sociológicos e positivistas, que se pretende "objetiva" e desinteressada, com o projeto de uma nova ordem social elaborada pelo materialismo histórico (Q. 7, & 12, p. 862; Q. 13, & 6, p. 1565.).

Uma nova ordem social que implica a construção de um novo Estado de vida coletiva, que tem como ponto fundamental a formação política e cultural das classes trabalhadoras, expressa na noção de "homem coletivo", a qual abrange a formação de uma nova individualidade, não mais concentrada em si, mas gerada na interação com o outro. Trata-se de encontrar uma forma de organização da sociedade que, superando os antagonismos de classe, supere também a necessidade de elementos de coerção e concentre o poder na sociedade civil. Nesse contexto, o problema da emancipação política e cultural das classes trabalhadoras torna-se o centro das preocupações de Gramsci, na crítica aos teóricos do elitismo.

Nos Cadernos do Cárcere esta nova ordem explicita-se nas reflexões sobre hegemonia no contexto da "sociedade regulada" como um "novo nível de civilização", que redefine a "função e a atitude de cada indivíduo físico no homem coletivo" e também as estratégias políticas as quais se consolidariam na realidade das democracias modernas, que Gramsci identifica no conceito de "hegemonia civil" (Q. 8, & 52, p. 972-973). Expandir esse conceito para o projeto de uma nova ordem social significa entender a democracia como uma nova experiência de vida econômica, social, política e cultural na qual é necessário que exista uma "unidade ativa, vivente" entre povo e nação, "qualquer que seja o conteúdo dessa vida" (Q. 14, & 72, p. 1740), de modo que a organização política "favoreça a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente" (Q. 8, & 191, p. 1056).

A questão de fundo é saber se o objetivo político que um movimento se propõe é o de superar a separação milenar entre dirigentes e dirigidos ou o de conservá-la em benefício dos grupos no poder. Todo projeto político, já no início de sua elaboração deve colocar-se a seguinte questão: "Se quer que existam sempre governados e governantes ou se deseja criar as condições em que a necessidade da existência dessa divisão desapareça?

Ou seja, se parte da premissa da perpétua divisão do gênero humano ou se acredita que a divisão seja apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?" (Q. 15, & 4, p. 1752)

Se a sociedade civil precisa tornar-se o centro do poder político, é nas instituições da sociedade civil que devem organizar-se os sujeitos da ação política e tal ação exige o empenho de todos na superação da divisão milenares existente entre governantes e governados. Não se trata, portanto, de investir um líder de poder, mas de criar as condições da participação de todos no exercício do poder, de unificar-se para subverter os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista, de organizar-se em instituições renovadoras, no seio da sociedade civil, para elaborar uma teoria política que reflita e critique as contradições que perpassam seu cotidiano e que esteja comprometida com transformações radicais. Esta tarefa cabe, em grande parte, ao partido, que prepara as classes trabalhadoras para o exercício do poder unificando as várias forças existentes nos vários setores da produção em torno de um pensamento orgânico e crítico, o que exige a renovação interna de suas práticas e a experiência cotidiana da gestão democrática.

O projeto de uma nova gestão social apresentado nos Cadernos do Cárcere retoma elementos da experiência política dos Conselhos de Fábrica, que acentuava o processo permanente de educação e de difusão do saber e da experiência de modo independente e autônomo, como necessidade de "intensificar a cultura para aprofundar a consciência crítica" (Gramsci, 1975, p. 301).. Trata-se de superar as condições impostas pela ordem burguesa, hierárquica, mantida por uma disciplina mecânica e autoritária, que exclui o compromisso e a responsabilidade do indivíduo com a coletividade: na sociedade burguesa basta obedecer à lei e à ordem e deixar que as ambições e paixões pessoais dos pequenos grupos ativos decidam os destinos da sociedade.

Para os trabalhadores, a vivência da liberdade individual supunha superar o individualismo com um crescimento da própria personalidade na vida coletiva, na qual o indivíduo "se enriquece com as experiências de todos os outros homens, que vivem as mesmas dores e esperanças" (GRAMSCI, 1978, p. 372). Uma nova ordem social supõe a "convicção de que a liberdade para todos é a única garantia das liberdades individuais" opondo ao vago conceito de liberdade de pensamento da sociedade burguesa, uma nova

noção de liberdade, construída a partir de um novo modo de ser e de pensar gerados pelo espírito de iniciativa, pela solidariedade e respeito (GRAMSCI, 1975, p. 186).

Nos Cadernos do Cárcere esta questão é recolocada na crítica ao elitismo:

"O elemento popular 'sente', mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual 'sabe', mas nem sempre compreende e, especialmente, 'sente'. Os dois extremos traduzem, por um lado, o pedantismo e o filisteismo e, por outro, a paixão cega e o sectarismo. (...) O erro do intelectual consiste em crer que se possa saber sem compreender e, especialmente sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser tal (e não um puro pedante) quando distinto e separado do povo-nação" (Q. 11, & 67, p. 1505).

Estas observações de Gramsci podem ser tomadas como a mais severa crítica ao elitismo, característico da intelectualidade italiana, que se considerava "superior" e mantinha-se distante do povo e da cultura popular, desconhecendo as experiências políticas da grande parcela da população de operários e camponeses. Mas a crítica também se dirige ao stalinismo, na referência ao centralismo orgânico e na afirmação de que a divisão entre governantes e governados só poderá ser superada no estabelecimento desse elo entre teoria e prática, saber e paixão política, que se tornam compreensão do conjunto de relações e transformam a própria noção de representação, que acontece com a troca de "elementos individuais entre governados e governantes, dirigidos e dirigentes, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social e cria o 'bloco-histórico'" (Q. 11, & 67, p. 1505). Trata-se de mostrar os limites do sistema representativo parlamentar no contexto da estrutura política na sociedade capitalista e buscar uma "solução diversa tanto do parlamentarismo quanto do regime burocrático, com um novo tipo de regime representativo" (Q. 14, & 49, p. 1708).

Esta nova experiência de gestão, que implica um processo permanente de educação e participação política, é algo muito difícil de se construir, principalmente porque estas novas relações precisam ser geradas no contexto da sociedade burguesa, isto é, na contra corrente, vencendo todos os mecanismos que, historicamente, têm submetido as classes trabalhadoras, entre eles, a própria teoria do elitismo, internalizada no processo de educação e acrescida, nos dias atuais, pelos meios de comunicação de massa que, na sua atuação homogeneizadora, enquanto via de mão única que forma um modo de pensar uniforme, difícultam a elaboração de uma consciência critica. Gramsci percebe as

dificuldades de se construir, por exemplo, um partido político que realize internamente a relação entre "saber" e "sentir", que torne os homens coletivamente capazes de alcançar os objetivos propostos, sem dogmatismos e sem a formação de uma casta dirigente.

Gramsci propõe uma nova estratégia que ainda não se conseguiu explicitar completamente, já que ele não recorre à noção de democracia direta, mas sugere um novo tipo de regime representativo. As questões contrapostas à teoria do elitismo são: como organizar-se na sociedade civil e reconstruir a história sem abrir brechas de cooptação? Ou como redimensionar o movimento das classes subalternas a cada momento em que ocorrer a absorção de seus dirigentes? São questões prementes e profundamente atuais, quando se constata que a estratégia do elitismo continua a formar as consciências e a desarticular os movimentos nascentes no processo de organização dos trabalhadores.

## 4. Referências Bibliográficas:

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener - Universidade Tuiuti do Paraná.